

RELIGIÃO E POLÍTICA: SOMBRAS NACIONALISTAS NAS ASSEMBLEIAS DE DEUS (1960 – 1980)

RELIGION AND POLITICS: NATIONALIST SHADOWS AT THE ASSEMBLIES OF GOD (1960 - 1980)

FÁBIO DE SOUSA NETO¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar parte de nossa pesquisa, sobretudo, a identificação de algumas representações encontradas no periódico confessional *Mensageiro da Paz* (1930-) relacionadas à igreja evangélica Assembleia de Deus entre os anos de 1960–1980. Inicialmente interrogamos nossas fontes sobre como se daria os relacionamentos que se consubstanciavam no seio do grupo, sobretudo com suas congêneres no campo religioso nacional. Verificamos, porém, que a medida em que crescia, inaugurava seus templos e divulgava seus resultados por meio do periódico que agora interrogamos, algumas dessas representações tomavam forma, sugerindo algumas práticas com características bastantes distintas. Essas práticas que se insinuam em nossas fontes documentais, estariam relacionadas ao ambiente nacionalista em que a Assembleia de Deus se projetava. As representações podem ser encontradas sob variadas formas, sejam elas, no discurso verbal, imagético ou no cerimonial litúrgico, além disso, símbolos outros formariam uma trama de representações que podem ser identificadas como reflexos do nacionalismo brasileiro, sugerindo inclusive, uma conformação de práticas sociais que extrapolariam o recorte cronológico aqui adotado em um movimento ao mesmo tempo de digressão e de aproximação com nosso próprio tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas. Representações. Nacionalismo. Assembleia de Deus.

ABSTRACT

The present article aims to present part of our research, especially the identification of some representations found in the confessional journal *Messenger of Peace* (1930-) related to the Evangelical Church Assembly of God between the years 1960-1980. Initially we questioned our sources about how the relationships that were built within the group, especially with their counterparts in the national religious field, would occur. We found, however, that as it grew, it inaugurated its temples and disseminated its results through the periodical that we now question, some of these representations took shape, suggesting some practices with quite distinctive characteristics. These practices which are insinuated in our documentary sources would be related to the nationalistic environment in which the Assembly of God was projected. Representations can be found under various forms, whether in verbal, imaginary, or liturgical ceremonial, in addition, other symbols would form a network of representations that can be identified as reflections of Brazilian nationalism, even suggesting a conformation of social practices which would extrapolate the chronological clipping here adopted in a movement at the same time of digression and approximation with our own time.

KEYWORDS: Practices. Representations. Nationalism. Assembly of God.

INTRODUÇÃO

Propomos nesse artigo compreender um conjunto de representações percebidas no periódico confessional *Mensageiro da Paz* (1930 –) entre as décadas de 1960-1980 relacionadas à Assembleia de Deus. Inicialmente nos debruçamos sobre o problema da alteridade, as relações que

¹ Mestrando em História na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Go) e professor de História da Igreja na Faculdade Assembleiana do Brasil (FASSEB). Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: fabionetohistoria@gmail.com.

se consubstanciavam no campo religioso brasileiro, contudo, a medida que interrogávamos nossas fontes, outros problemas foram surgindo, por exemplo, por qual razão certas representações inclusive rituais não necessariamente religiosos são amplamente divulgadas no periódico em questão? Nele, surge uma trama de representações exibidas com certa regularidade, o que por sua vez sugere o exercício de certas práticas. Logo, essa interrogação inicial, nos levou a formular a seguinte hipótese; essas práticas estariam relacionadas ao ambiente sócio-histórico em que a ²AD se desenvolveu, sobretudo, ao nacionalismo sob o governo civil-militar e as estratégias do grupo nas lutas inerentes ao campo religioso brasileiro.

Portanto, no desenvolvimento deste artigo procuraremos demonstrar alguns resultados preliminares da pesquisa³, sobretudo, ao testar nossa hipótese no processo mesmo, de construção do objeto. O referencial teórico por meio do qual exploramos nossas fontes, parte do conceito de representação, sendo também, uma categoria muito cara à História Cultural, onde “representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência” (PESAVENTO, 2004, p. 40). O recorte aqui adotado corresponde ao período entre o governo civil-militar (1964) e seu desfecho seguinte na redemocratização a partir da década de 1980. Tal recorte se justifica a medida em que se verifica a partir do próprio seguimento, uma preocupação com a memória e sua expansão. Nos termos da estrutura textual, apresentaremos na sequência; o ambiente em que se desenvolveu a AD, a exploração propriamente dita de nossas fontes, entre práticas e representações percebidas nesses documentos, e os resultados provisórios de nossa pesquisa com seus possíveis desdobramentos.

Antes, porém, para anunciar os rumos de nossas reflexões, destacaremos o que nos informou Hobsbawm (1998), sobre o nacionalismo como fenômeno do século XIX, já que adentra vigorosamente o século XX, cuja expressão mais dramática toma corpo durante as duas grandes guerras. Nessa relação, o Estado-nação fora sua forma imediata, e no esforço empreendido nessa construção, deu-se a amálgama daquilo que Benedict Anderson (2008, p. 32) chamou de “comunidade política imaginada”. Interessante, do ponto de vista de nossa pesquisa seria as relações que o mesmo autor estabeleceu entre nação, como ente simbólico, e os sistemas culturais anteriores; “a comunidade religiosa e o reino dinástico, pois ambos em seu apogeu, foram estruturas de referências incontestes, como ocorre atualmente com a nacionalidade” (ANDERSON, 2008, p.39). Aqui, uma declaração se mostra especialmente útil, que outros sistemas de referências poderiam compartilhar do mesmo espaço sem nenhuma contradição, ou seja, como afirmou o

² A partir daqui, será adotada a sigla AD para Assembleia de Deus. No caso do plural, será adotada a sigla ADS.

³ A pesquisa em curso vem sendo desenvolvida a partir de fontes documentais, uma atividade empreendida há alguns anos, quando nos debruçamos sobre o acervo documental do Centro de Estudos do Movimento Pentecostal-CEMP, localizado na matriz da CPAD no Rio de Janeiro. Nosso corpus documental é composto de algumas importantes publicações, com destaque para o periódico Mensageiro da Paz, publicado ininterruptamente desde 1930.

historiador britânico, “era perfeitamente possível ser revolucionário marxista e patriota irlandês” (HOBSBAWM, 1998, p. 205). Em outro lugar o mesmo autor afirma:

Não podemos presumir que para a maioria das pessoas, a identificação nacional – quando existe – exclui, ou é sempre superior ao conjunto de identificações que constitui o ser social. Na verdade, a identificação nacional é sempre combinada com identificações de outro tipo, mesmo que possa ser sentida como superior as outras (HOBSBAWM, 1990, p. 20).

Isso significaria que não haveria incompatibilidade entre a experiência religiosa acampada pela AD e outras referências no horizonte de suas identificações. No caso assembleiano, essas declarações assumem significados ainda mais emblemáticos, pois envolvem uma trama de representações que incluem as relações do grupo com outras congêneres e o próprio Estado sob o governo dos militares.

Tomando os membros da AD numa relação inescapável com o Estado, o grupo certamente compostos de cidadãos majoritariamente brasileiros, estariam sob os efeitos dos programas do Estado, isso não quererá dizer que seriam inertes, insossos nessa relação, até porque, a vida comunitária sob o pentecostalismo poderia suprir outras demandas não necessariamente atendidas pelo Estado brasileiro, daí a possibilidade posta por Hobsbawm de múltiplas referências identitárias sob o construto da nacionalidade.

1 O AMBIENTE EM QUE SE DESENVOLVEU A ASSEMBLEIA DE DEUS

Segundo Alencar (2010), muito embora a narrativa fundacional remeta ao ano de 1911, a AD se inscreve como pessoa jurídica em 1918 no norte do Brasil. Isso significa que se desenvolve exatamente no período nacionalista, que no caso brasileiro corresponderia também aos influxos europeus desde o século XIX. Isso, não deveria causar nenhum estranhamento, uma vez que a AD de forma contínua experimenta um exponencial crescimento, sobretudo a partir da década de 1970. Se o primeiro historiador da AD, Emílio Conde (2000) estiver certo, até o final da década de 1930 a AD já estaria arraigada em todos os Estados brasileiros, sendo o último, Goiás em 1936. Algo interessante posto por Alencar (2010), seria os efeitos das contingências históricas no movimento de pulverização do pentecostalismo assembleiano. Para o cientista da religião, o papel dos sujeitos comuns, pobres e nordestinos seria central, além de contingências como, os interesses do Estado durante o que se denomina numa linguagem economicista de “ciclo da borracha”. Após a desaceleração das demandas pelo produto da seringa, os trabalhadores convocados pelo Estado varguista retornam à seu torrão de origem levando consigo agora, a nova fé.

Esse sujeito comum, trabalhador, nortista ou nordestino também migra para outras paragens, inclusive a capital da república. Quando Gunnar Vingren, um dos pais fundadores das ADS se desloca para o Rio de Janeiro, só o faz atendendo uma demanda ainda na década de 1920, pois já havia por lá uma comunidade estabelecida que “escreviam à igreja em Belém, insistindo no envio desse obreiro” (CONDE, 2000, p.47), ou seja, parece que de fato, as ADS devem sua extensão capilar menos ao clero especializado do que do homem e mulher comum, ou seja, por comum nos referimos ao leigo, sem nenhuma formação teológica, ou preparados numa base missionária. Inusitadamente, o historiador da AD, registra que as primeiras reuniões dessa comunidade eram realizadas em frente ao quartel. Isso poderia dizer muito, ou promover equívocos, por exemplo, a rigidez do recorte poderia nos levar a conclusão de uma alinhamento político com o governo militar talvez simplesmente baseado no horizonte teológico ou na postura anticomunista do grupo, Almeida (2016) parece fazer exatamente isso, ao concluir que dentre as quatro representantes do cenário evangélico brasileiro que toma para análise – muito embora, nenhuma delas apresente alguma reprovação à tomada do poder pelos militares em 1964, e o aprovam nos momentos de recrudescimento – apenas duas se alinham institucionalmente ao governo militar, a AD e os Batistas. O que defendemos aqui, seria uma aproximação não somente em termos ideológicos, mas também numa perspectiva mais pragmática, pois nossas fontes revelam que há muito, as ADS estariam alinhadas ao Estado, entre outros fatores, em razão do espaço, de certa forma mais confortável para sua atuação em comparação com os primeiros anos da velha República e os ressentimentos alimentados pela oposição da Igreja Católica Romana.

Dessa forma, ao questionar nossas fontes, surge uma conjunção de elementos aglutinadores aos interesses do grupo em relação ao Estado; as sombras do nacionalismo, as estratégias na disputa no campo religioso, os ressentimentos em razão dos tempos de perseguição, sua cosmovisão arminiana-wesleyana, exemplificada na fuga do mundo, e a verificação de uma contradição inerente entre sua cosmovisão e o comunismo. Todos esses elementos somados dariam o tom das relações amistosas estabelecidas com o Estado, contudo, pontuamos, não apenas durante o governo militar, mas, num movimento de digressão não muito claro em nossas pesquisas, já que o recorte adotado não permite tais abstrações. Todos esses elementos se entrecruzam no período de formação das ADS em solo nacional.

Vejam, a partir do “complexo de vira-latas” como apropriação de Alencar (2010) da famosa pecha de Nelson Rodrigues (1912-1980) em relação à autoimagem do brasileiro por ocasião da derrota para o Uruguai na copa do mundo de 1950, segundo Rodrigues (1993, p. 61) esse complexo seria, “a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol”. De certa forma, um estereótipo sociológico, dessa vez atribuída à AD em razão de sua posição inicialmente marginalizada no

contexto do campo religioso nacional, algo imediatamente pertinente à relação tensa com sua alteridade religiosa mais temida, a Igreja Católica Romana. Logo, uma aproximação com o Estado como estratégia de luta no campo religioso, inclusive na busca por legitimação e proteção pareceria uma alternativa viável, o período de sua formação coincide com os projetos nacionalistas mais intensos, e que vinham sendo desenhados desde o século XIX. Se outrora, tínhamos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e os intérpretes do Brasil nação a serviço do historicismo nacionalista, do processo civilizador e do Estado Imperial, agora, desde as primeiras décadas do século XX o cenário é reforçado por artistas, literatos e outros intelectuais alinhados ao projeto nacionalista tupiniquim, inaugurado na semana de arte moderna em 1922 como “a manifestação do desejo de fazer da literatura e das artes plásticas uma expressão da nacionalidade” (COSTA, 1999, p. 420).

O que foi dito acima, é reforçado por Skidmore (1998) sobretudo, ao atribuir ao movimento modernista brasileiro, especificidades que os distinguia do modernismo Europeu. Por aqui, ele se reveste do elemento anti-racista, negando o racismo científico dominante no início da República e sua política do branqueamento da sociedade brasileira. O elemento autóctone, o miscigenado é avaliado positivamente na escrita de Alberto Torres, Manoel Bonfim e Gilberto Freyre, assim, “essa transformação artística e literária acrescentou uma outra força a solapar a República Velha” (SKIDMORE, 1998, p. 149).

Exatamente nessa conjuntura, no Rio de Janeiro, estaria atuando o pai fundador da AD, o sueco Gunnar Vingren, como dito, o ambiente nacionalista toma expressão com a semana de arte moderna em 1922, por esses idos, os interpretes mais proeminentes estão atuando numa máquina gigantesca em favor da brasilidade. Parece que nenhuma expressão da arte, da literatura, das ciências está de fora do empreendimento, com desdobramento de algumas poucas décadas, nem mesmo as aparentes contradições entre esquerda e direita, representadas por Oswald de Andrade e Plínio Salgado anulam ou fenecem as sombras nacionalistas pois:

A verdade é que, nessa época, fosse por motivos tradicionalistas ou revolucionários, fosse a partir de uma perspectiva de esquerda ou de direita, os escritores e artistas voltavam-se com paixão para as coisas brasileiras. Os estudos históricos muito lucrariam com esse estado de espírito (COSTA, 1999, p. 422).

Aqui a historiografia se organiza, promovendo narrativas que objetivam encontrar o Brasil real, afastado da visão idealizada que buscavam situar o Brasil no processo civilizador e emparelhado à Europa. Era preciso conhecer o verdadeiro Brasil, sendo assim, o papel do intelectual era transformar a realidade nacional. A arte pela arte, o puro esteticismo era renunciado, a arte carecia de significados. O estado exerce o papel de mecenas, como força motriz de certa circularidade cultural, provida claro, por meio da educação pública, da propaganda, da literatura

infanto-juvenil e todo o aparato simbólico sob os auspícios do Estado, naquela mesma perspectiva antropológica defendida por Anderson. Aqui, o Estado sob o governo de Getúlio, especialmente após 1937, ocupa-se na construção de uma identidade nacional com dupla finalidade, aglutinar os elementos internos e projetar uma imagem positiva do Brasil nos contextos internacionais, exemplos dessa ocupação seriam as políticas culturais em termos de financiamento do futebol e do carnaval carioca. Quanto ao primeiro, dizia Skidmore (1993, p.168), “há poucas realizações que significam tanto para a identidade nacional brasileira quanto sua supremacia no futebol”, já o carnaval, “um símbolo internacionalmente reconhecido da cultura brasileira”.

2 À SOMBRA DO NACIONALISMO: ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

Em nosso recorte específico, entre 1960-1980, nossas fontes parecem sugerir um nacionalismo que se recusa em passar, pois há um conjunto de representações que insinuam certas práticas relacionadas. Vejamos, em editorial escrito por João Pereira de Andrade e Silva, então diretor da Casa Publicadora das Assembleias de Deus – CPAD, no bojo da década de 1970 seriam anunciadas as tensões, estratégias e o ambiente favorável a escalada do grupo. Por exemplo, em suas representações sobre o clero Católico Romano:

[...] o sacerdote era intolerante e perseguidor dos evangélicos, principalmente dos pentecostais. Julgava, talvez, que o Brasil tivesse de retroagir à condição de “Estado Católico” – do tempo do império- quando só podia admitir em suas esferas elementos católicos, pois era condição indispensável para que o cidadão pudesse bacharelar-se nas escolas superiores, lecionar, exercer funções públicas ou concorrer a cargos eletivos [...]. Mas o Brasil - república, o Brasil de povo esclarecido, não admite nem aceita esses pruridos (ANDRADE E SILVA, 1974, p. 2).

Essas informações contidas no editorial poderiam ser referências a posição privilegiada da Igreja Católica no Brasil Império, como resquício do Padroado Régio. Contudo, haveria uma nova configuração sob a república, ainda mais na década de 1970, com garantias a maior liberdade de atuação da AD. Essa percepção certamente possibilitaria certa aproximação estratégica do grupo com o Estado brasileiro, sobretudo, sob o governo militar. Aliás, a igreja católica seria a alteridade religiosa identificada como perseguidora – não o Estado – símbolo dos tempos difíceis do período colonial e início do século XX. Sobre isso, a carta de 1824 seria esclarecedora, pois:

Não obstante sua inspiração e fraseologia liberais, a Carta Constitucional consolidava um sistema de clientela e patronagem originado no período colonial. Concedia também ao catolicismo o status de religião de Estado, proibindo o culto público de outras religiões e concedendo à Igreja católica o direito de controlar os registros de nascimento, casamento e morte, bem como os cemitérios (COSTA, 1999, p. 141).

Costa (1999) deixa muito claro as contradições da carta magna de 1824, muito embora de inspiração liberal, o culto estaria sob o monopólio da igreja católica, como continuação do entranhamento de tempos anteriores, além disso, o tipo de liberalismo levado a efeito aqui nos trópicos, teria tido contribuições significativas de sacerdotes católicos. Contudo, mesmo com os ventos libertadores da república, o inimigo seria identificado utilizando outros expedientes, agora relacionado ao movimento ecumênico, concebido como uma estratégia da igreja romana para minar as forças do pentecostalismo, vejamos:

As perseguições e os obstáculos que se antepunham à vida de qualquer órgão de publicidade que não se submetesse a batuta do clero (romano), não ofereciam condições para que pudesse prosseguir a caminhada, circulando normalmente. O perseguidor, prepotente, intolerante e pedante, era o mesmo que, agora, apresenta-se com salamaleques, procurando atrair igrejas evangélicas e certos líderes vaidosos, para o conluio ecumenista. Ecumenismo; sim, desde que o papa ou a igreja romana fique com a parte do leão... que Deus guarde as “Assembléias de Deus”, no Brasil (ANDRADE E SILVA, 1974, p. 2).

Curiosamente, nem o controle dos órgãos de propaganda pelo Estado se compara aos obstáculos provocados pelo clero romano. Essas representações de um ressentimento profundo são distribuídas no periódico, outro exemplo viria do pastor Gomes, segundo ele:

Tremendas foram as perseguições surgidas contra os pentecostais no Brasil [...] diatribes e impropérios, epítetos e qualificativos injuriosos eram sem conta lançados contra o movimento [...] eram os pentecostais alcunhados de “ignorantes”, e “analfabetos”, pelos teólogos denominacionais [...] com o passar dos tempos, além de pessoas cultas que se convertiam, pastores pentecostais passaram a estudar seriamente, alguns recebendo o título de “auto-didatas” aplicado pelos doutores e reverendos denominacionais (GOMES, 1974, p. 4).

Essas declarações poderiam sugerir, como entendeu Alencar (2010, p. 139), que o pentecostalismo assembleiano seria de fato detentor da “síndrome de marginal, pobre, perseguido, simples, não culto”, contudo, as declarações durante a década de 1970 parece sugerir outras representações sobre a autoimagem do grupo, ou talvez, ocorrera uma mudança substancial, digamos, nessa auto-apreciação. O que se observa agora, são discursos ufanistas, aliás, discursos que se utilizam inclusive, das “estatísticas oficiais”, lá, as ADS são descritas como a maior Igreja pentecostal na América Latina, a “denominação evangélica que congrega o maior número de membros no Brasil [...] Quando dizemos maior número de membros, não exageramos, porque as estatísticas oficiais o afirmam” (Mensageiro da Paz, nº 3 de 1974).

Essas representações sobre a autoimagem podem também ser visualizadas, pois, as imagens pululam nas páginas do MP⁴. Muito embora, a exploração das imagens não constasse no cronograma inicial da pesquisa, não podemos ignorá-las, até porque, elas sugerem uma parcela significativa dos discursos sobre si. Na seção, “Panorama da Obra de Deus em nosso País”, o

⁴ A partir desse ponto, o periódico Mensageiro da Paz será representado com a sigla MP.

periódico apresenta as notícias dos campos e congregações encravadas nos vários cantos do país, formando uma rede capilar de igrejas. Das menores à grande comunidade, as ADS estão sempre em festa, são inaugurações, batismos e práticas conversionistas. As imagens estão dispostas principalmente nas extremidades da página. Ao centro e acima, verifica-se o que no jargão jornalístico denominam de “olho”, que são as letras em destaque, maiores ou coloridas.

À porta do templo está numerosa membresia em fila ou em posição semicircular. Essas imagens privilegiam a fachada frontal do prédio, sempre destacando o logotipo com os dizeres “Assembleia de Deus”. Segue outras imagens onde as pessoas são representadas nas ruas e avenidas portando faixas, cartazes e bandeiras, quase sempre se fazendo acompanhar da banda de música. O ponto alto, ou a “apoteose” como muitas vezes é descrito, seria o ritual do batismo em águas, ou o culto público no domingo à noite. O que coroa suas atividades é a presença de autoridades civis e militares, regionais e locais, e que o MP faz questão de divulgar. Essas representações aparecem no livro comemorativo *História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil* como, tradição assembleiana, onde ao lado do cerimonial litúrgico nas Assembleias Gerais Ordinárias – AGO, observa-se um cerimonial cívico, com “a tradicional entrada das bandeiras”. As legendas que descrevem essas imagens não são menos importantes, pois lá, o povo está em “marcha”, os irmãos são descritos como “soldados” do grande “general”, o ponto alto dos eventos festivos são denominados “apoteose”.

Esses discursos estão distribuídos em todos os exemplares utilizados em nossa pesquisa, ou seja, podem ser visualizados nas décadas de 1960-1980, claro, há indícios de que essas práticas possam ser encontradas em documentos de décadas anteriores. Nos debates da convenção de 1973 sobre o uso da televisão pelos fieis, Daniel (2004, p. 423-424), registra a fala de um convencional onde ‘aqueles que possuindo um aparelho de TV, trazem o próprio cinema e o demônio para dentro de casa’, as deliberações do conclave fora, ‘condenar o uso de TV, pelos perigos espirituais que ele produz’, no entanto, a condenação do demônio embora homologada pela convenção, não fora publicada no MP, a fim de não ser ‘mal interpretada pelo governo’, pois como alertou o então diretor da CPAD, Altomires Sotero da Cunha, ‘se deve evitar o perigo de combater frontalmente os meios de divulgação devidamente reconhecidos pelo governo’. Ou seja, esse desvelo poderia ser um indicativo de certo alinhamento do grupo com o governo militar, algo que o conjunto das práticas e representações do grupo parece de fato sinalizar.

As práticas cerimoniais ou litúrgicas apresentam muitas regularidades, mais ainda, a presença constante da banda de música, que sugere um ar de parada militar aos desfiles pelo plano urbano das cidades, cujo último destino são as águas batismais. O desfile seria prova da vitória, do avanço pentecostal, cujo coroamento é a inserção de novos membros através do batismo, o termo “apoteose” aqui não é gratuito. A título de exemplo, registramos a reportagem de capa do MP n.3

de fevereiro de 1968 aquilo que no jargão jornalístico denominam-se de “olho da página”, aparecem duas informações sobre as ADS na Paraíba e em São Paulo. A primeira diz, “Pentecostes em marcha”, a outra, “Fé e Civismo”, destacando sobretudo, a participação da banda de música, e a presença de “autoridades civis e militares convidados para os dias festivos”. A regularidade dessas representações que sugerem certas práticas, continua em movimento de digressão como se observa em artigo assinado pelo jornalista e historiador Emilio Conde em janeiro de 1966. Versando sobre as notícias em João Pessoa na Paraíba ele afirma:

À tarde a multidão de alguns milhares de pessoas, tendo a frente o pastor da igreja e a banda de música da cidade de Recife a multidão, repetimos, desfilou sobre as ruas da cidade, desde o templo até o local do futuro templo de Cruz das Armas. O desfile foi em verdade um espetáculo de fé, um testemunho de poder do evangelho. Jovens, crianças, adultos e velhos, todos saíam marchando pelas ruas enquanto o povo saía das casas atônito para ver o que estava acontecendo na cidade de João Pessoa naquela cálida e cheia de sol (CONDE, 1966, p. 4).

Ainda em termos de digressão, a data de 16-21 de novembro de 1959 seria emblemática para as ADS. Trata-se da 15ª AGO realizada no Rio de Janeiro. O grande destaque dado na edição de janeiro de 1960 do MP, é a visita do Ministro da Guerra, Marechal Henrique Teixeira Lott. O tom laudatório marca o discurso pois, “foi a primeira vez que uma Convenção Pentecostal se viu distinguida com tão honrosa visita”, de outro modo, a reportagem que não vem assinada, pontua o clima sentimental ao descrever a participação do militar pois, “um dos momentos emocionantes, foi quando o Marechal Teixeira Lott cumprimentou, um por um, todos os convencionais” (Mensageiro da Paz, nº 1, 1960, p. 5). Aqui, as identificações do grupo sinalizam mesmo em termos de sentimentos, as aproximações com os militares.

Um outro momento revelador dessas múltiplas identificações, ocorreria no final do ano de 1969. Trata-se da 16ª Convenção Estadual de Obreiros realizada em Fortaleza, na ocasião, o MP faz questão de cobrir todo o evento. Agregam-se um conjunto de celebrações, entre elas, as comemorações pelos 40 anos de implantação da igreja e o 2º Congresso de Jovens. Uma imagem é reproduzida no meio da mancha, nela, uma multidão está representada em desfile. Seria o início do cerimonial cívico, onde um conjunto de representações são encadeadas. Como uma grande encenação, cada ato parece ser pensado em termos de progressão culminando no domingo, coincidentemente – ou não – dia do Senhor e o sete de setembro, dia da independência. Todo o cerimonial se articula solidariamente entre Igreja e Estado, membros das ADS e à nação são a mesma coisa, vejamos:

As 15 horas de domingo, dia 7, iniciou-se o gigantesco desfile, do qual tomaram parte cerca de 6,000 pessoas. O desfile foi encabeçado por um carro de bombeiros, conduzindo uma jovem com uma grande bíblia aberta nas mãos. Seguia-se o pavilhão nacional, a bandeira do congresso e mais 26 jovens portando as bandeiras do Estados e territórios. A seguir, vinham os bombeiros portando suas bíblias, a mocidade, a banda de música o coral da mocidade e integrantes e 46 congregações, os quais, conduziam faixas alusivas à 30ª Convenção e ao II Congresso da Mocidade (Mensageiro da Paz. nº 1, janeiro de 1970, p. 5).

Agora, dando um salto até à década seguinte, já na década de 1980, essa solidariedade entre igreja e Estado-nação parece estar ameaçada. Joanyr de Oliveira em artigo publicado no ano de 1985, em tom de denúncia, identifica aqueles que seriam considerados inimigos da pátria, na verdade, seria uma crítica em relação a outros grupos pentecostais. Nessa altura, ele menciona o humorista Francisco Anysio de Oliveira Paula Filho, mais conhecido como Chico Anísio e seu personagem “Tim Tones”. Segundo Joanyr, o personagem incorporado por Anysio, não seria mera ficção, mas representaria:

[...] uma categoria de cidadãos enconradiços em todos os Estados e que veem enodoando o evangelismo pátrio. Eles exploram os crentes e exigem quase insuportáveis sacrifícios dos fiéis, prometem curas que nunca acontecem e, com as contribuições dos irmãos avolumam seu patrimônio e o de familiares seus.

Os Tim Tones não são dignos de respeito - mas, nem todos entre nós são Tim Tones! (Mensageiro da Paz, nº 1174, fevereiro de 1985, p. 19).

O título da nota de Joanyr era “Tim Tones - Quem é e quem não é”. Joanyr concorda sobre as representações evocadas pelo personagem do humorístico “Chico Total”, no entanto, sai em defesa do grupo por ele representado, demarcando seus distanciamentos em relação aos “Tim Tones”. Enquanto os Tim Tones mancham o evangelismo pátrio, exaurindo as contribuições dos fiéis, as ADS operam no oposto. Essas representações no corpus documental aqui perscrutado, parece sugerir tanto um alinhamento com o Estado quanto a reprodução de elementos nacionalistas.

Nesse ponto, vale uma nota especial sobre o poeta e pastor assembleiano Joanyr de Oliveira. Figura sempre presente nos círculos mais expressivos da AD, escreve copiosamente para o MP, funda uma revista, cuja linha editorial especializada seria mais voltada à vida social e à cultura. A revista *A Seara*, se tornou sua filha diletta, escrevia poemas em prosa e verso, crônicas, cobria atividades culturais diversas, promovia e incentivava seus leitores a desenvolver a escrita, o título desse artigo é um empréstimo presente na crítica realizada por ele na década de 1980 e que registramos acima, como dito, ele identifica os inimigos da nação, aqueles “que vem enodoando o evangelismo pátrio”. Joanyr foi amigo do imortal e modernista de segunda geração, o poeta Carlos Drummond de Andrade. Um dos livros de poesia publicado pelo assembleiano traz na capa a imagem da Guernica e na contracapa, algumas cartas de Drummond à Joanyr, mais que isso, um poema dedicado ao imortal, intitulado, “Carta ao fazendeiro do ar, Carlos Drummond de Andrade”, nele, Joanyr demonstra seus afetos da seguinte forma “ Gravam-se em mim, fortes, luminosos, Tua letra e o dizer de tua amizade. Inebriam meus dias Como o resplendor de láurea. Em tudo isso a memória se debruça Nesta hora de ausência inconformada” (OLIVEIRA, 2001, p. 100).

Ou seja, o contato do poeta com o pensamento modernista, a presença de Joanyr nas instâncias decisórias da AD e na Casa Publicadora, seja no MP ou na *Seara*, inscreveria o poeta-pastor em duas frentes, no compromisso evangelístico do grupo, e com a brasilidade da nação

presente no pensamento dos modernistas, daí a expressão “evangelismo pátrio” não ser tão gratuita assim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ora, entendemos que essas linhas bastam, não para esgotar a pesquisa, senão para provocá-la, sugerir algumas trilhas, insinuar alguns problemas, contudo, reconhecemos uma complexa paisagem nas tramas e representações presentes na documentação explorada o que por sua vez entendemos ser o resultado aproximado daquilo que Hegel denominou de espírito da época (*zeitgeist*), do ambiente em que as ADS operavam e se desenvolviam. Logo, à problemática posta sobre as razões de certas práticas e rituais não necessariamente religiosos serem amplamente divulgadas no periódico em questão, nossa hipótese parece se confirmar, uma vez que tais práticas formariam uma trama de representações exibidas com certa regularidade, e que nos levou a estender nossa hipótese da seguinte forma: essas práticas estariam relacionadas ao ambiente sócio histórico em que a AD se desenvolveu, sobretudo, ao nacionalismo sob o governo militar e as estratégias do grupo nas lutas inerentes ao campo religioso brasileiro, logo, confirma-se que outros sistemas de referências poderiam compartilhar do mesmo espaço sem nenhuma contradição, como demonstrado no caso assembleiano, onde essas referências se cruzam dentro daquilo que no arcabouço teórico de Pierre Bourdieu denominou-se de estratégias.

Essas estratégias encampadas pelas ADS incluíam uma aproximação com o Estado em termos mais pragmáticos do que ideológicos, mesmo que esse último não seja descartado. Lembrando que, na tentativa de fugir de certo mecanicismo, e escapando do sentido comum de estratégia, Bourdieu (1993, p. 93) entende que, “o princípio das estratégias filosóficas (ou literárias, etc.) não é o cálculo cínico, a procura consciente da maximização do lucro específico, mas uma relação inconsciente entre um *habitus* e um campo”. Portanto, a razão dessa aproximação com o Estado sob o governo militar poderia ser entendido como a ampliação da possibilidade de atuação no campo religioso, uma vez que não precisaria temer sua alteridade mais aguerrida, a Igreja Católica Romana, aliás, reconhecida como alinhada aos tempos anteriores a República Nova. Deve-se se considerar também, para além das estratégias puramente racionais ou considerando-as conforme Bourdieu, enquanto subjetividades, os ressentimentos, representados inclusive, de forma extensiva nos documentos explorados. No entanto, entendemos que por enquanto, a questão dos ressentimentos foge à nossa apreciação devendo receber posterior tratamento. As sensibilidades do grupo em relação aos símbolos nacionais e a simpatia para com os militares também poderia se situar no campo dos sentimentos, além disso, cabe registrar que o número reduzido dos documentos

citados são apenas representativos do *corpus* documental em que nos debruçamos, tendo em vista que o espaço desse trabalho não nos permite mais que isso.

REFERÊNCIAS

ANDRADE E SILVA, João Pereira de. *Mensageiro da Paz: o evangelista silencioso*. In: Mensageiro da Paz. Rio de Janeiro: CPAD, n. 2 de 1974. Editorial, p.2.

_____. *Mensageiro da Paz? Joga fora*. In: Mensageiro da Paz. Rio de Janeiro: CPAD, n. 5 de 1974. Editorial, p. 2.

ALENCAR, Gedeon. *Assembleias de Deus – Origem, implantação e militância (1911-1946)*. São Paulo: Arte Editorial, 2010.

ALMEIDA, Adroaldo José Silva. *“Pelo Senhor marchamos”*: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964–1985). Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2016. 310 f.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

CONDE, Emílio. *História das Assembleias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2000.

_____. *João Pessoa – Estado da Paraíba: dias de vibração espiritual em João Pessoa*. *Mensageiro da Paz*. Rio de Janeiro: CPAD, n. 1 de janeiro de 1966.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DANIEL, Silas. *História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil. Os principais líderes, debates e resoluções do órgão que moldou a face do Movimento Pentecostal no Brasil*. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

OLIVEIRA, Joanyr de. *Tempo de ceifar*. Brasília: Thesaurus, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RODRIGUES, Nelson. *À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.